

IMPRENSA E PRÁTICAS RACISTAS: MOBILIZAÇÃO NEGRA, APARTHEID E VIOLÊNCIA NOS JORNAIS PAULISTAS DOS ANOS 1980.

Fabiana Vieira da Silva¹

Resumo: O objetivo deste texto é caracterizar de que forma dois jornais da imprensa paulista - Folha de São Paulo (FSP) e O Estado de São Paulo (OESP) - constituíram, em suas páginas, notícias referentes ao apartheid sul - africano, de modo a efetuar, na prática de produção jornalística, um conjunto de imagens marcadamente racistas sobre os povos negros africanos, dada à rotineira associação entre cor negra e violência, no decorrer dos anos 1980. O apartheid estava no rol de discussões de uma série de grupos no Brasil. Logo, então, buscaremos compreender esta ampla mobilização antiapartheid para, em seguinte, perceber de que forma, nestes meios, são constituídas as distorções, simplificações e omissões, as quais reatualizam antigas práticas racistas.

Palavras chaves: Imprensa; Racismo; Apartheid; Abertura Política.

PRESS AND RACIST PRACTICES: BLACK MOBILIZATION, APARTHEID AND VIOLENCE IN THE NEWSPAPERS OF SÃO PAULO IN THE 1980'S.

Abstract: The aim of of this text is to characterize the way in which two newspapers from the press of São Paulo – Folha de São Paulo and O Estado de São Paulo – constituted news in their pages concerning the South African apartheid with the aim of realizing, in the practice of the journalistic production, a series of remarkably racist images about African black peoples, what was done by a routine association of the Black skin color and violence during the nineteen eighties. Apartheid was in the range of discussions of a great many Brazilian groups, so we are going to try to understand this wide anti-apartheid mobilization and then try to perceive how, in those media, distortions, simplifications and omissions are constituted, which is an action that renews old racist practices.

Key words: Press; Racism; Apartheid; Political Opening.

¹ Mestre em História Social pela PUC/SP. Professora de História na rede partícula de ensino.

O objetivo deste texto é caracterizar de que forma dois importantes jornais da imprensa paulista - Folha de São Paulo (FSP) e O Estado de São Paulo (OESP) - constituíram, em suas páginas, notícias referentes ao apartheid sul-africano, no transcorrer dos anos 1980, de modo a efetuar, na prática de produção jornalística, um conjunto de imagens marcadamente racistas sobre os povos negros africanos, dada a rotineira associação entre cor negra e violência, no decorrer dos anos 1980

Este momento foi marcado, no Brasil, pelo fim do regime militar e transição do poder político aos civis e que conduziram, nos jornais selecionados, para discussões relacionadas às possibilidades de atuação do Brasil no cenário internacional, no mercado africano e quanto aos caminhos para o diálogo com as movimentações que se reorganizavam no cenário nacional, dado o processo de abertura política.

O apartheid foi um sistema de organização estrutural dos meios políticos, econômicos, sociais e culturais, voltados para a perpetuação do domínio branco no sul da África. Constituiu-se em um conjunto de práticas discriminatórias, tomadas, em 1949, como política oficial de Estado, assentada em um complexo arcabouço legislativo de raízes históricas na região².

Esta legislação, assentada na expressão “desenvolvimento em separado”, propunha a limitação do acesso dos negros a terra, moradia, educação, saúde, política, trabalho, locomoção, expressão, casamentos entre grupos, até a completa remoção para as “áreas de grupo” ou reservas, chamadas *homelands*. Estas eram idealizadas pelo governo branco enquanto áreas específicas, restritas a apenas 13% do total do território da África do Sul, nas quais os diferentes grupos negros deveriam manter-se segregados, sob a tutela do governo branco³.

Este sistema vigorou até 1990 quando o presidente Frederick De Klerk anunciou, em fevereiro de 1990, um conjunto de medidas rumo à extinção do

² VISENTINI, Paulo G. F.; RIBEIRO, Luiz Dario T. O sul da África: das origens à “descolonização branca” (até 1910). In: VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D. (Org.) *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 26 – 27.

³ BRAGA, Pablo de Rezende S. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 67. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Apartheid.pdf>>. Acesso em 17 mar. 2013.

apartheid as quais ganharam, cotidianamente, a atenção dos jornais selecionados, em espaços múltiplos, tais como na seção exterior, painel de leitores, primeira página, caderno especial.

Selecionamos como material de estudo os jornais paulistas Folha de São Paulo (FSP) e O Estado de São Paulo (OESP), tendo em vista que, na década de 1980, eram órgãos de grande circulação e abarcavam diferentes esferas da produção cultural, como agências de notícias, editoras de livros, rádio. Tal situação era resultado e parte do processo de transformações tecnológicas, administrativas e de apresentação do conteúdo, pelos quais passaram alguns jornais e que permitiram sua sobrevivência, transformando-os em grandes corporações empresariais⁴.

A dinâmica dos espaços recebidos por um determinado tema, o foco dado, as omissões efetuadas, os jornalistas selecionados, as repercussões levadas adiante nas páginas impressas permitem caracterizar como um determinado assunto pode ser apropriado, omitido, percebido e discutido pelos jornalistas do grupo o qual atua como porta - voz. Devemos atentar, assim, ao tomarmos como fonte de análise os meios de comunicações, quais os diálogos efetuados, as seleções propostas, construídos, por sua vez, em um complexo jogo de relações sociais e que envolvem projetos políticos, econômicos, sociais e culturais encampados.

Os processos sociais vividos são marcados por tensões e vemos, nos meios de comunicações sociais, a tentativa de organizá-los e estabelecer um sentido, um rumo para tais processos, assentados na seleção de determinados valores, práticas sociais e que, no que se refere ao trato do racismo e da luta antirracista, no decorrer dos anos 1980, favoreceram para a manutenção das estruturas de desigualdades vigentes.

Dada a percepção referente à importância dos estudos relativos à atuação da imprensa, pela forma como ela age na sociedade, ao propor modelos, excluir caminhos, selecionar personagens, dar ritmo às mudanças operadas e estabelecer constante diálogo com a sociedade, nossas interrogações se direcionaram para o espaço ocupado, nestes órgãos, pelo

⁴ ABREU, Alzira A; LATTMAN – WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.39 – 40.

debate referente à questão racial e o lugar atribuído ao apartheid na década de 1980, momento de intensificação da luta antirracista internacional.

No pós - 1974, quando da independência de Angola e Moçambique, conduzidos, respectivamente pelo Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA) e pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)⁵, as forças de resistência contra o colonialismo europeu e o imperialismo na África foram direcionadas para os governos de minoria branca, Rodésia e África do Sul, os quais sofreram constante processo de isolamento no continente africano⁶.

A África do Sul, tendo em vista a ofensiva antiapartheid e acusando Angola de abrigarem membros do Congresso Nacional Africano, financiava o grupo UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), com o objetivo de desestabilizar o governo de Angola. Jonas Savimbi, após lutar contra os portugueses pela independência deste país, liderou a frente de oposição ao MPLA tornando-se um aliado do apartheid, “a guerra civil sucedeu à guerra de libertação”⁷.

Com a perda de apoio por parte, sobretudo, do colonialismo português, a estratégia utilizada pela África do Sul foi promover a desestabilização de regimes, com ataques, golpes de estados, sobretudo aos países que compunham a linha de frente de combate ao apartheid, aglutinados na organização regional “Southern African Development Coordination Conference (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral, SADCC) cuja consagração oficial ocorreu em abril de 1980, através da Declaração de Lusaka” constituída, a princípio, por “Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia [...] associados à luta de libertação travada na Namíbia, na África do Sul e na Rodésia”⁸.

Tais mobilizações vislumbravam a extinção dos regimes segregacionistas, a completa independência da Namíbia e a estabilização da região, dado os constantes ataques perpetrados por Pretória aos vizinhos. Em 1971, a ONU reconheceu a autenticidade do grupo de oposição da Namíbia,

⁵ HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VIII: ÁFRICA DESDE 1935. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010. p.320.

⁶Ibid., p. 126.

⁷Ibid., p. 260.

⁸ Ibid., p.887.

SWAPO (Organização dos Povos do Sudoeste Africano) enquanto representante do povo namibiano. A luta pela independência dessa região confundia-se com a própria luta antiapartheid.

Diante do aumento das pressões externas e da percepção de que a expansão do capitalismo não trouxe mudanças no sistema do apartheid, novas organizações sociais surgiam na África do Sul, entre elas, a Organização do Povo Azaniano (AZAPO), de 1978 e a Frente Democrática Unida (FDU), de 1984.

A AZAPO “via o capitalismo como inimigo, mais do que o apartheid; seus documentos defendiam diretrizes políticas muito mais específicas que o ANC, incluindo a nacionalização da indústria pesada e da terra, o confisco das propriedades de emigrantes e da maioria das propriedades herdadas”⁹.

Como tentativa para suavizar as críticas internacionais, o governo da África do Sul votou, em fins de 1983, uma nova constituição, a qual culminou com a criação de um Parlamento, composto por três Câmaras, uma destinada à população branca, outra para mestiços e uma voltada para os indianos. A população negra não apenas se viu marginalizada, mas sua exclusão era sinônimo da própria efetivação do sistema do apartheid.

Estas medidas sofreram intensos boicotes dos mestiços e indianos dado que, mesmo com representatividade política suas decisões eram passíveis de veto dos brancos. Ao passo que continuavam as repressões policiais e remoções forçadas para as *homelands*, inclusive com a decretação do estado de emergência em 1985¹⁰.

Em outubro de 1984 um líder negro sul – africano, o bispo Desmond Tutu, ganhou projeção internacional nos meios de comunicação sociais¹¹ dado o Prêmio Nobel da Paz que angariou. Quando do anúncio deste prêmio vimos, nas páginas dos jornais FSP e OESP, a projeção de Tutu enquanto líder dos sul – africanos com foco, sobretudo, para seus posicionamentos quanto à atuação das multinacionais naquele país para a extinção do sistema segregacionista,

⁹ SAMPSON, Anthony. *Negro e o ouro: magnatas, revolucionários e o apartheid*. Trad.: Joaquim Palácios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.127.

¹⁰ BRAGA, 2011, p. 67.

¹¹ SAMPSON, 1988, p. 176.

construído, naquele momento, nestas pautas, como algo que se tornara “inviável” economicamente.

A escolha de Desmond Tutu deu margem para que o apartheid entrasse nas pautas diárias pelas seleções de alguns de seus posicionamentos e da reiteração de que haveria um caminho específico para a extinção deste regime, e que deveria passar não pela contestação do capitalismo, mas a partir de sua expansão no sul da África. Podia-se, a partir daquele momento, tanto na FSP quanto no jornal OESP, vislumbrar o apartheid enquanto temática central de um conjunto variado de notícias e uma política antirracista voltada para a promoção do capitalismo.

Destacamos, entretanto, que a África do Sul já era acompanhada e bem conhecida, no Brasil e pelos meios de comunicações sociais, com foco, sobretudo, para o que era caracterizado como sua “posição estratégica na África”. Contudo, vimos que, no decorrer dos anos 1980, os processos sociais internos no Brasil e as fortes contestações do capitalismo por parte da mobilização negra, nacional e internacional, trouxeram, para as multinacionais, a necessidade de rever seus posicionamentos quanto ao racismo e à população negra.

Tendo em vista o intenso debate quanto ao racismo, seja no Brasil ou internacionalmente, os jornais selecionados incorporaram tal discussão, valendo-se, entretanto, de um conjunto de mecanismos que permitiram a construção de significados específicos, tendo em vista os projetos políticos e culturais delineados.

A negação do racismo, a minimização de seu impacto ou invisibilidade, obliteração das discussões, não utilização do conceito e fragmentação de suas práticas em tipos diversos, tais como a utilização dos termos “discriminações”, “preconceitos” de ordem “social” ou “cultural”, jogos de oposições entre diferentes realidades sociais têm se constituído enquanto formas estratégicas de apropriação e banalização das discussões levantadas pela militância negra. Tais argumentos carregam, ainda, propostas de superação da desigualdade, esta apontada pelo seu caráter social e que reclamam medidas de cunho “universalista”, eficazes, entretanto, para a manutenção da hegemonia

branca¹², dado a forma como conduz para noções de “superação” dos valores culturais não assentados no eurocentrismo.

OESP recorreu de modo mais intenso ao mecanismo da “banalização” enquanto elemento que impossibilitava o trato do racismo, de modo que se manteve ausente dessas páginas o debate sobre o racismo enquanto questão significativa do social. No que se refere às implicações do apartheid, as notícias se direcionaram para aspectos relacionados à valorização da atuação da África do Sul para a “contenção do comunismo”, o que efetivava uma forte desqualificação aos grupos de oposição ao apartheid, apontados como guerrilheiros, que queriam “desestabilizar o país”, a região.

A FSP, por sua vez, hierarquizou as diversas práticas racistas, amenizou seu impacto em solo nacional. Deu foco constante às questões relacionadas ao apartheid sul – africano, à luta antirracista e sua repercussão, sobretudo nos EUA, a partir da perspectiva de que estava ali um sistema “inviável” economicamente, sobretudo para os interesses do Brasil.

As supostas correspondências entre as estruturas sócio - raciais e a perspectiva quanto às práticas das relações raciais no Brasil permitiram, para a FSP, a construção assentada na premissa de que o Brasil deveria projetar-se internacionalmente e, sobretudo, inserir-se no continente africano, valendo-se da pecha de país que poderia oferecer “exemplo” quanto às formas de articulação de suas relações raciais. Evocar o apartheid para a FSP poderia ser demasiado eficaz para o país dialogar com líderes sul – africanos, fazer parcerias, de modo a possibilitar sua ascensão enquanto líder no cenário mundial, valendo-se da pecha de país exemplo de relações raciais”, de modo a atender, ainda, as demandas da emergente classe média negra em solo nacional.

O apartheid sul – africano estava no rol de discussões de uma série de grupos no Brasil. Logo, então, buscarei compreender, a seguir, esta ampla mobilização antiapartheid, a qual propunha uma atuação ao nível internacional e, em seguida, atentarei para o caracterização do modo como, os meios de comunicação, por meio de recortes, seleções, projetavam visões

¹² MOORE, Carlos. *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 22.

estereotipadas, reflexos, assim, de projetos políticos, econômicos e culturais específicos que perpetuavam o racismo, constituindo o modo racializado de ver o mundo.

Conforme Kwame Appiah, o modo racializado de ver e compreender o mundo se baseia na perspectiva de que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça. Esses traços e tendências característicos de uma raça constituem, segundo a visão racista, uma espécie de essência racial; e faz parte do teor do racismo que as características hereditárias essenciais das “Raças do Homem” respondam por mais do que características morfológicas visíveis – cor da pele, tipo de cabelo, feições do rosto – com base nas quais formulamos nossas classificações informais¹³.

Estes jornais, ao inserirem em suas pautas temáticas voltadas para a luta antirracista projetaram um conjunto de imagens essencialistas, de modo a perpetuar, mesmo quando se colocavam de modo veemente contra o racismo, novas práticas racistas.

Havia, assim, um conjunto de elementos comuns entre estes dois jornais quando o assunto era o apartheid: a insistência no noticiário sobre “violência”, “ondas de massacres”, “conflitos” na região e que acabam por constituir os meios de comunicações como parte integrante do processo de constituição do racismo no meio social dadas as constantes associações entre “cor negra” e “violência”.

¹³ APPIAH, Kwame A. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 33.

Mobilização negra e luta antiapartheid no Brasil nos anos 1980.

Tendo em vista a evocação de valores os quais apontavam para perspectivas de “integração social” por meio, sobretudo, do incentivo à educação, aos poucos se tornou evidente, no decorrer de todo o século XX, que as barreiras raciais eram demasiado resistentes quanto maior o nível educacional alcançado.

Uma série de estudos estatísticos trouxe, no final dos anos 1970, índices de expectativa de vida, educação, renda, os quais constatavam a “cor” como marca característica discriminatória. Conforme assinalou Andrews, estes estudos lançaram luzes aos “diferenciais de salário e emprego”, pois esses poderiam ser apenas parcialmente “explicados por diferenças nas qualificações”, e as desigualdades raciais no salário tendiam “a aumentar à medida que os trabalhadores” adquiriam “níveis mais elevados de educação”¹⁴. Estas conclusões, contudo, não eram novas, dado que a intelectualidade negra já os propalava desde as primeiras décadas do século XX¹⁵.

A emergência dos dados quanto ao alcance do chamado “milagre do crescimento econômico”, nos anos 1970, o processo de abertura política e a evidência da desigualdade racial, naquele momento, permitiram à militância negra se contrapor de forma mais contundente à estrutura de distribuição de riquezas, tendo em vista os parques benefícios adquiridos pela população negra e à tendência ao aumento da discriminação nos chamados postos do colarinho branco¹⁶.

Diante de tais dados e como possibilidade de levar adiante o processo de abertura política de caráter “seguro, lento, gradual” e isolar a chamada “linha dura” houve, por parte do regime militar, a tentativa de diálogo com as bases sociais a partir da criação de conselhos que pudessem permitir tal intercâmbio.

Em 1984 surgiu o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra. Segundo Ivair Augusto Alves dos Santos, as discussões

¹⁴ ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)*. Bauru: EDUSC, 1998. p.256.

¹⁵ MOORE, 2007, p. 26.

¹⁶ ANDREWS, op., cit., p. 297 – 299.

referentes ao apartheid se mostraram como demasiado estratégicas para que o órgão marcasse sua atuação no meio social e diante do governo federal, dado, sobretudo, a crítica de que não havia nenhum negro na Comissão Pré – Constituinte¹⁷128.

Nas décadas de 1970 e 1980 houve expansão das organizações negras no Brasil, as quais tinham como questão principal a busca pela “valorização da identidade” como principal mote para a reorientação das ações do movimento. Esta “expansão foi acompanhada pela inclusão de suas reivindicações na pauta dos programas dos partidos políticos e das instituições governamentais”¹⁸.

Em uma tentativa de articular as diversas entidades ocorreu, em 1979, o surgimento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente chamado Movimento Negro Unificado (MNU), com o princípio da diversidade cultural e étnica do país, com base nas experiências internacionais e que, nas décadas de 1970 e 1980, foram marcadas pelos movimentos de guerrilha na África, pela libertação dos povos que estavam sob o domínio neocolonial e o enrijecimento da política do apartheid sul- africano.

O MNU propunha a “recriação cultural negra” como forma de mobilização política, valendo-se de símbolos nacionais e internacionais, modos de vestir-se, pentear-se¹⁹, com uma perspectiva de ação voltada para o diálogo com as bases sociais, valorização da diversidade cultural enquanto instrumento para a ação política, forte contestação às estruturas de distribuição de riquezas no Brasil e uma maior aproximação e identificação com os povos da diáspora negra e a luta antirracista internacional.

Tal experiência articula o caráter cultural e as dimensões políticas da população negra localizada em várias partes do mundo, capaz, assim, de

¹⁷ SANTOS, Ivair Augusto A. *O movimento negro e o estado: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no governo de São Paulo (1983 – 1987)*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

¹⁸ SILVA, Maria P. O alcance político dos movimentos sociais de combate ao racismo no Brasil. In: BARBOSA, Lúcia M; SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. (Org.). *De preto à afrodescendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico – raciais*. São Paulo: Ed. UFSCar, 2010. p.113.

¹⁹ Ibid. p. 113.

oferecer uma perspectiva mais complexa da construção da modernidade²⁰. Neste momento, para estes povos as lutas pelos direitos civis e pela independência dos países africanos se constituíram enquanto parte do mesmo processo de racismo e colonialismo e cada vitória na luta pela independência dos povos africanos servia como mola propulsora para a reorientação das ações práticas.

Foram realizadas, em São Paulo, passeatas para o rompimento das relações “diplomáticas, comerciais e culturais” com a África do Sul, bem como para a retirada das representações diplomáticas sul - africanas de São Paulo²¹. Os membros do Conselho realizaram protesto no Palácio dos Bandeirantes onde levaram suas reivindicações ao governador de São Paulo, empossado em 1983, Franco Montoro, para que ele, além de interceder junto aos outros estados, conduzisse apelo ao presidente José Sarney. Estas mobilizações se tornavam oportunas ao governo dado que permitia as críticas ao regime militar, captava a população e dialogava com os posicionamentos no rol da política externa.

No Brasil, o movimento negro, atuante desde princípio do século XX tem apontado, como um de seus principais desafios, a dificuldade em arregimentar setores majoritários da sociedade perante a luta antirracista. Esta situação vem ao encontro da alusão constante aos argumentos que apontam para o “alto grau de miscigenação” da sociedade brasileira, como se fosse sinônimo de ausência de racismo. Na década de 1980, por sua vez, o apartheid se constituiu enquanto importante estratégia de luta, tema demasiado eficaz para a militância negra aproximar-se do governo, população e buscar reafirmar-se no meio social, conforme apontou Ivair Augusto Alves dos Santos.

A luta antiapartheid se apresentou enquanto questão que angariava toda a oposição negra, possibilitava o diálogo com setores sociais diversos, governo, ia ao encontro de perspectivas de setores da política externa e os esforços econômicos levados adiante no período do “milagre brasileiro” de

²⁰ GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad.: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

²¹ SANTOS, 2005, p. 145.

ampliar as exportações a partir do excedente da produção. Naquele momento, a continuidade do processo de expansão industrial trazia como principal elemento a necessidade de suprimentos energéticos e a África poderia oferecê-los ao Brasil, por concentrar importantes reservas petrolíferas²², além de atuar como um potencial mercado consumidor para os produtos brasileiros.

Posturas críticas quanto aos posicionamentos do Brasil diante de sua própria população negra começaram a emergir na esteira dos diálogos entre Brasil e África, para a política externa. Além disso, perante o colonialismo português e o apartheid, as novas nações africanas e seus líderes políticos, os quais exerciam forte pressão na Assembleia Geral da ONU pressionavam para mudanças mais efetivas na maneira como o Brasil havia valorizado a atuação europeia na África, sobretudo o colonialismo português.

Ivair Alves dos Santos destacou que a insistência no noticiário²³ sobre a região sul da África era algo que chamava a atenção da militância negra, a qual, por sua vez, mantinha pouco espaço de atuação nos meios impressos. Logo, então, uma de suas estratégias foi valer-se dessa luta como meio de adquirir visibilidade.

E o que era, então, esta insistência no noticiário sul – africano? Buscaremos, então, caracterizar de que forma ela se tornou um elemento de propagação do racismo nas pautas impressas, com a insistência em posições racistas, estereotipadas, hierarquizantes, capazes de revelar muito mais elementos daqueles que a compõe do que sobre os quais pretendia retratar.

Diante, na segunda metade do século XX, das pressões exercidas por parte da intelectualidade negra, militância, bem com a expansão dos meios de comunicação e de uma cultura negra urbana, novos discursos racistas foram articulados, com roupagens que tentavam minimizar, mas traziam como elemento fundante da organização e hierarquização dos grupos, as características fenotípicas, mesmo sob novos argumentos, tais como “modos de comportamento”, “vestes”, “níveis educacionais”, “linguagens”.

²²PENHA, Eli A. *Relações Brasil - África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 171.

²³SANTOS, 2005, p. 145.

Elementos, os quais, segundo Stuart Hall, continuavam a acentuar o universo em dois grandes opostos e que encobrem uma gama de sentimentos, crenças, os quais encontraram, nos meios de comunicação, o local principal para perpetuação do racismo²⁴.

A grande maioria das referências ao apartheid foram constituídas por notas curtas, restritas a cantos das páginas, breves, descritivas e que, diariamente, propagavam visões estereotipadas, estanques, negativas, apontavam para um suposto estado permanente de “ingovernabilidade”, “medo”, “ameaça” naquela região.

Após serem tecidas tais relações eram abertas, nestas páginas, discussões referentes aos processos de “paz” e “negociação”, as quais denotavam que o único caminho para a estabilização era a interferência externa, a qual deveria vir, para a FSP, com possibilidades abertas ao Brasil e, para OESP, a partir da atuação estadunidense, tendo em vista a política de Ronald Reagan, o que resultava no apoio incondicional ao governo e minoria branca.

Vimos, assim, efetivaram-se na prática de produção jornalística da FSP e OESP parte da produção dos processos hegemônicos, dada a forma como expressões culturais foram incorporadas seletivamente, modificadas, de modo que, suas práticas, ao serem colocados em discurso noticioso, adquiriam novos significados.

“Massacres de negros na África do Sul”: construção e trivialização do racismo nas páginas da imprensa paulista na década de 1980.

O local onde eram feitas referências ao apartheid e ao racismo nos impressos selecionados conduziu a reflexão sobre o espaço dedicado aos assuntos do “exterior” e sua eficácia para a reprodução de um conjunto de práticas e valores, articulados em torno de critérios que apontavam quais os

²⁴ HALL, Stuart. Raça, Cultura e Comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. Trad. Helen Hughes; Revisão técnica: Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n.º. 31, p. 15 – 24, jul./dez.2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2308/1400>>. Acesso em 22 fev. 2013.

países de relevância mundial, de modo a trazer normas, valores, projetos políticos, econômicos e sociais selecionados, em detrimento a outros, e lançavam, ao Brasil, possibilidades de inserção no cenário econômico global, em torno de modelos sociais específicos.

João Baptista Natali, uma das principais referências existentes para o trato do jornalismo internacional no Brasil, destacou a especificidade daqueles que atuam nessa editoria e as possibilidades de impacto desta em seu meio social. Para ele, aqueles que mais interferem no cotidiano do jornal, atingidos por estas publicações são: embaixadas, consulados, comunidades de descendentes de membros dos países, os quais se manifestam perante alguns assuntos, mas que, segundo Natali, “pouco afetam o noticiário”²⁵.

Jornalista, ele entrou para a equipe da FSP em 1969, foi redator e editor de Exterior, correspondente em Paris. Conforme destacou, chegam, cotidianamente, para esta editoria, centenas de despachos emitidos pelas agências e correspondentes internacionais, jornais estrangeiros²⁶. Como denominador comum dos critérios de seleção, Natali exemplificou que, “guerras”, “tragédias naturais”, eleições em países de influência mundial, epidemias e imprevisibilidade de determinados eventos são os principais elementos utilizados para a seleção do que será ou não publicado neste espaço²⁷.

A partir do momento em que chegam às redações, mesmo que já tenham orientações específicas, determinados fatos são selecionados, passam pelo crivo de redatores, diagramadores e editores, os quais hierarquizam, decidem o lugar da notícia no jornal e se vai ou não ocupar algum espaço, e é este o processo que permitirá a efetivação do sentido dado inicialmente ou a criação de um novo sentido.

O espaço exterior se constituiu, neste período, como um local eficaz para a perpetuação de posições ideológicas específicas e elas se estendem às interpretações que o coloca, apenas, como de divulgação de assuntos do “exterior” e, supostamente, com parca possibilidade de afetar diretamente a

²⁵ NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 04-05.

²⁶ *Ibid.*, p. 06

²⁷ *Ibid.*, p. 7

sociedade. Nele, o jornalista, imbuído de uma formação intelectual específica, não deve ser compreendido apenas como um “meio”, mas como alguém que articula, seleciona, aponta os países de “relevância mundial”, realiza as omissões, de modo a efetivar, na prática de produção jornalística, um sentido carregado de posições ideológicas específicas.

Fazemos uso do conceito de ideologia dado ser ele capaz de elucidar a forma como valores de grupos específicos são construídos em espaços – tempo determinados, dissimulados e divulgados como valores universais. Seriam estas, pois, conforme Claude Leffort, figurações discursivas que, ao se relacionarem com a experiência social e o saber articulam a relação com o real²⁸.

Para Barbero, os meios assumem posicionamentos ideológicos, ligados, ainda, a uma determinada lógica de produção que se estende das ideologias empresarias para a escolha das tecnologias que possam viabilizar as prerrogativas assumidas e propor ou reafirmar tipos de sociedade. Daí decorre a centralidade ocupada pelos meios, dado que agenciam, dão o tom às mudanças, propõem modelos de sociedade ou a organizam e promovem, “hoje de modo mais intenso e acelerado” “a transformação da sociedade em mercado, e deste em principal agenciador da mundialização (em seus muitos e contrapostos sentidos)”²⁹.

A fim de compreender de que modo, neste processo, um determinado acontecimento se converte em notícia, Martín – Barbero apontou a seleção de um conjunto de características, tais como “imprevisibilidade”, “raridade”, “estranheza” e que, assim, correspondem à seleção de elementos que trazem à tona muito mais aspectos daquele que a produz do que às supostas características intrínsecas de um determinado acontecimento. De modo que, “o sentido do fato é aquele do qual se encarregam os diferentes relatos, que os

²⁸ LEFORT, Claude. *As formas da história*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes e Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.14.

²⁹ MARTÍN – BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Trad.: Ronaldo Polito; Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 20.

fatos não falam se não forem convertidos em notícias, isto é, postos em discursos”³⁰.

A produção da notícia está relacionada, ainda, ao que tem a capacidade de expandir o mercado e alimentar a produção. O trabalho desenvolvido pelos meios de comunicação sociais está relacionado à seleção de elementos que dão uma determinada “forma ao mundo”, de modo que ele se torne consumível e promova a expansão do mercado³¹.

Tal perspectiva deu margem a um conjunto de fenômenos, os quais preenchem, cotidianamente, a imprensa, conforme este modelo de produção jornalístico, tais como: atentados e mortes, desastres naturais, catástrofes, incêndios, escândalos sexuais, temas que fogem a uma ordem ou regra específica, mas sem abalar as estruturas sociais vigentes, com vozes de autoridades prontas a apaziguar ou apontar as soluções possíveis.

Quanto às questões relacionadas ao apartheid, este acompanhamento foi marcado, de um modo geral por um conjunto diário de notícias sobre massacres de negros na região sul da África.

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie em palestra intitulada “O perigo de uma história única” destacou de que forma estas concepções são reflexos de um modelo específico de História assentado na superficialidade e negligência transmitidas, segundo ela, “pelas mídias” enquanto muitas outras histórias sobre a África são obliteradas. O resultado disso tem sido o desconhecimento, a espoliação e propagação de um conjunto de imagens estereotipadas, uma única África, incompleta, deturpada e que torna difícil, segundo ela, as possibilidades de “reconhecimento”³².

A percepção de que a região sul da África era acompanhada dia – a dia nos conduziu a refletir sobre quais os interesses motivavam estes olhares. A década de 1980 mostrou-se um momento de crise no sistema econômico e um dos caminhos abertos para sua superação era a percepção dos grupos negros

³⁰ MARTIN – BARBERO, Jesús, *Ofício do Cartógrafo: travessias latino – americanas da comunicação na cultura*. Trad.: Fidelina González. São Paulo: Loyola, 2002. p. 88 – 96.

³¹ *Ibid.*, p. 77

³² ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma única história*. Trad.: Erika Barbosa. Reino Unido, 2009. Disponível em http://www.ted.com/talks/lang/por_br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html. Acesso em 02 abr. 2013.

enquanto potenciais consumidores, bem como das potencialidades oferecidas pelo sul da África.

Entretanto, a possibilidade de percepção da população negra enquanto mercado consumidor e seu acesso aos bens econômicos não conduzia, nas pautas, a igualdade de promoção dos seus bens culturais. Ao abarcá-los, diariamente, os jornais revelaram formas racializantes de ver, analisar e hierarquizar o mundo, um conjunto de mecanismos os quais constituíram lugares específicos aos grupos fenotipicamente caracterizados e as formas essencializantes de percepção de seus processos culturais.

Franz Fanon em “Pele Negra, Máscaras Brancas” apontou de que forma a linguagem tem se constituído enquanto um dos principais meios de opressão, mas, também, de possibilidade de libertação do negro. Nela, tem se constituído o racismo, o qual tende, nos discursos propalados, à “infantilização”, “primitivismo” da cultura negra, expressos nas possibilidades como estes povos, caracterizados como um “não – ser” , tem sido postos em discurso enquanto seres “sem cultura”, “sem história”. Daí decorre os esforços de busca pela história de uma civilização negra e os empenhos, não para o sentido de uma “educação”, a qual tende à incorporação de tais protótipos, mas de busca por elementos os quais conduzam “o negro a não ser mais escravo de seu arquétipo”³³.

A forma de composição das notícias sugeria a ação de Pretória enquanto sujeito principal na suposta “resolução dos conflitos” e na perspectiva de condução da “abertura” do sistema à participação negra, ao passo que seu oposto era constituído, nestas páginas, como a “maioria negra”, passivos diante do processo. Buscavam-se, ainda, grupos, indivíduos e instituições representativas os quais pudessem promover o “diálogo” entre “maioria”, “governo” e Ocidente.

Choques, confrontos, ondas de massacres e violência marcavam o conteúdo das notícias sobre a população negra e sua luta antiapartheid, tais

³³ FANON, Franz. *Pele Negra, máscaras brancas*. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 47.

como em “Choques causam 5 mortes na África do Sul”³⁴. Acompanhadas, ainda, pela ação da “polícia sul – africana” na repressão a tais movimentos, com a constante alusão ao uso de “bombas”, “tiros” e que fixavam, dia – a dia, imagens simplificadas sobre a região em descrições minuciosas de cenas de massacre e violência, retiradas de explicações históricas:

Os corpos de 32 pessoas, todas negras foram encontrados ontem pela polícia da África do Sul no distrito de Sekhukhune, pertencendo ao bantustão de Lebowa, no norte do país. Uma porta – voz da polícia disse em Pretória, a capital sul – africana, que as mortes ocorreram provavelmente nas últimas seis semanas. Treze dos cadáveres apresentavam as marcas do ‘colar’ - uma forma de assassinato em que um pneu de automóvel é colocado em torno do pescoço da vítima e depois incendiada -, uma punição geralmente usada pelos guerrilheiros que combatem regime de segregação racial (apartheid) contra os negros suspeitos de colaborarem com o governo de minoria branca. A polícia deteve para interrogatório 67 moradores de Sekhukhune. De acordo com a emissora de TV estatal, um dos presos, Peter N’Chabeleng, militante da organização anti-apartheid Frente Democrática Unida (FDU), teria morrido ‘de causas naturais’ dentro das dependências da delegacia local. O bantustão de Lebowa é uma das dez regiões onde, segundo as leis do apartheid, devem viver todos os negros sul – africanos [...]”³⁵.

Desvinculadas de cenários, explicações históricas, tais notícias tinham como único resultado a tessitura de relações entre “cor negra e violência”. Atentamos, no caso acima, a ênfase na caracterização dos mortos como sendo “negros”, a descrição detalhada das práticas de violência e o estado de passividade em que os manifestantes foram incluídos, apontados como vítimas - “todas negras” - de suas próprias ações, conforme a notícia.

Ao passo que, por outro lado, a polícia se constituiu enquanto sujeito ativo, fonte da informação do jornal, bem como outras fontes “oficiais” foram utilizadas, ou seja, porta - vozes do governo, tal como a “TV estatal”, escolhida como aquela que explicou as causas das mortes dos líderes, caracterizados como “guerrilheiros”, e que construía, diariamente, a legitimidade das fontes

³⁴ CHOQUES causam 5 mortes na África do Sul. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1985. Exterior, p. 7.

³⁵ POLÍCIA da África do Sul encontra corpos de 32 colaboradores negros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1986. Exterior, p. 24.

ao apontar quais eram aqueles que “tinham” e aqueles que não “tinham” algo a dizer, reveladoras de estruturas sociais marcadamente racistas.

Estas notícias, além de rotineiras, traziam em suas composições termos que buscavam frisar tais situações enquanto cotidianas, tais como “nas últimas seis semanas”, “no último ano” ou “Polícia mata *mais* 7 negros em Crossroads”³⁶, o que efetivava a sensação de que tais casos, para a região, eram a regra.

Segundo Carlos Moore, uma das práticas de constituição do racismo é justamente a forma como induz à “banalização” da violência, a qual, dada a insistência, deixa de chocar, transtornar e passa a ser percebida como um “estado natural” das coisas³⁷ e que, neste caso, produzia, diariamente, concepções que caracterizavam o continente africano como um local de “barbárie”, “selvageria”, “constantes mortes” e “conflitos” e que revelavam posicionamentos assentados na hierarquização de grupos, em supostos “estágios distintos de desenvolvimento”, perspectivas de que precisavam de “tutela”, líderes, sensações de “medo” e “desordem generalizada”, associadas, então, à cor negra,

Diante da construção, nas notícias, do “medo”, “insegurança” na região, atribuído à presença massiva de “negros”, enquanto uma “ameaça”, sobretudo aos brancos, estes jornais abarcaram as constantes notícias referentes à “violência policial” enquanto única alternativa capaz de conter aquela “massa”, apontada como “ingovernável”.

As notícias traziam, ainda, números de feridos, choques, uso de “paus e pedras” nos confrontos com a polícia, depredação, de modo que eram enfatizadas, cotidianamente, as relações entre “maioria negra” e “polícia”, nos quais, os últimos, em sua maioria, eram chamados para, supostamente, “apaziguar situações”.

A maioria das notícias apontava para “embates”, “confrontos”, com privilégio para as cenas referentes às remoções forçadas, levadas adiante pelo governo branco, constituindo-se a população negra enquanto “massa”,

³⁶ POLÍCIA mata mais 7 negros em Crossroads. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 de fevereiro de 1985. Exterior, p.10. (grifo nosso).

³⁷ MOORE, 2007, p. 28 – 29.

“passiva” e “homogênea”, diante do “sujeito” das ações, geralmente, a “polícia”, “Pretória”, “África do Sul”.

Estes manifestantes, quando sujeitos das ações, eram apresentados a partir do qualificativo “jovens”, o que acabava por desqualificar suas ações enquanto atos “pueris”, sem “orientações específicas”, marcados pela “imaturidade”, propagação da perspectiva de que precisavam de “tutela”, “condução” ao que seria o suposto rumo ideal, idealizado por estes jornais. Sobre os conflitos em Crossroads, caracterizada como “uma imensa favela de 60 mil habitantes”, marcada, segunda a FSP, pelo medo, insegurança, instabilidade:

[...]Crossroads.

O ministro informou que pretende reunir nos próximos dias com os líderes de Crossroads, uma imensa favela de 60 mil habitantes. Mas não adiantou se o governo de minoria branca pretende estender à população local, que se encontra ali sem permissão de moradia, as concessões feitas aos moradores de situação legalizada de outras comunidades.

Crossroads viveu ontem um dia calmo, apesar do medo dos seus moradores de serem transferidos à força, a qualquer momento, para a cidade de Khayelitsha, construída especialmente para receber trabalhadores negros realocados, recrutados na periferia da Cidade do Cabo.

Conflitos foram registrados em outras cidades do país. Grupos de até dois mil jovens enfrentaram as forças de segurança e apedrejaram veículos oficiais perto de Porto Elisabeth, no Leste do Cabo, e em Kimberley, na região Nordeste da província, onde uma loja e uma cervejaria foram incendiadas.

Um homem negro morreu em Seeisoville, no Estado Livre de Orange, quando as forças de segurança atiraram balas de plástico contra cerca de cem pessoas durante o enterro do jovem negro Andrew Makola. Momentos antes, segundo a polícia, 1200 negros haviam montado barricadas na entrada da cidade³⁸

Os negros eram, nestes jornais, aqueles que apedrejavam, incendiavam casas, ateavam fogo:

No último ano, mais de trezentos negros foram mortos durante protestos contra as leis de segregação racial em vigor na África do Sul. Alguns, como membros de conselhos municipais, foram mortos por

³⁸ PRETÓRIA recua e não remove guetos negros. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 fev. de 1985. Exterior, p. 15.

manifestantes que os acusam de terem-se “vendido” ao regime de minorias brancas sul – africano.

A polícia disparou pistolas e bombas de gás lacrimogênio na noite de ontem para dispersar manifestantes negros. Em Grahamstown, foi apedrejada a casa de um membro negro do conselho municipal, outro teve sua casa incendiada. Em Kirkwood, cinco casas, pertencentes a policiais negros foram destruídas pelo fogo ateador por manifestantes. Em quatro outros guetos negros patrulhas policiais foram apedrejadas.

Em Washington, foram efetuadas 78 prisões durante uma manifestação que reuniu cerca de quatro mil pessoas diante da embaixada sul – africana para recordar o 17^a aniversário do assassinato de Martin Luther King Jr., defensor dos direitos civis, e protestar contra a política de segregação racial da África do Sul³⁹.

“Mortes”, “conflitos entre grupos negros rivais”, “ações policiais, “apedrejamentos”. O que prevalecia nestas pequenas notas curtas e descritivas, da FSP e OESP, era a percepção de uma “maioria”, “homogênea” e “inábil” no trato das questões políticas, revoltada, aparentemente, sem “motivo” ou “causa” e, sobretudo, grupo “facilmente manipulável” e, daí, decorria a percepção de “medo” de expansão do comunismo e que, no caso do jornal OESP, resvalou para a valorização das ações do governo branco na região.

Foi comum, ainda, ao final dessas mesmas notas, a apresentação de mobilizações antirracistas ocorridas nos Estados Unidos e que permitia trazer, para as pautas, o racismo e os conflitos dele decorrentes enquanto práticas “do exterior”, relativas aos EUA e África do Sul e que, a contrapelo, vemos emergir a percepção que estes jornais lançavam ao Brasil, enquanto um distante observador, cuja mobilização antirracista interna era obliterada, com espaço nulo nas pautas jornalísticas.

A suposta excepcionalidade com que FSP e OESP pretendiam dar às práticas racistas no Brasil era vigente na forma como lançavam a percepção de que, “conflitos entre negros e brancos”, no Brasil, era algo “extraordinário”, “fora do comum”. Quando a prática social colocava, de modo mais explícito, grupos negros e brancos em confrontos na África do Sul, as notícias ganharam a Primeira Página do jornal, tal como em “O bispo Tutu teme onda de terror

³⁹ PRETÓRIA ameaça ampliar repressão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 de abril de 1985. Exterior, p. 14.

branco”⁴⁰, “Mandela ganha liberdade hoje”. Nesta última, afora o fato da expectativa quanto à soltura de Nelson Mandela há o foco principal, na notícia, nas cenas de violência que colocavam de lados opostos negros e brancos na região, dando-lhes um caráter extraordinário, fora do comum, capaz, assim, de chamar, segundo os responsáveis pela sua produção, a atenção do leitor⁴¹. .

A seleção e construção de tal foco, na primeira página, permitiram a efetivação do sentido de que, este tipo de confronto era excepcional para o caso brasileiro, tendo em vista a crença em determinados padrões que colocavam tais situações enquanto algo fora do comum.

Os olhares lançados para as relações raciais na África do Sul estavam envoltos por um conjunto de valores, crenças, um modelo ou padrão estabelecido em solo nacional. Segundo esta perspectiva, o Brasil “não possuía tais conflitos”, daí as supostas “excepcionalidades” dos casos ocorridos na África do Sul. E, ainda, a compreensão, nas páginas, de que esta “ausência de conflitos explícitos” entre negros e brancos era sinônimo da “ausência de qualquer tipo de conflito racial”, salvo casos esporádicos, como apontou a FSP.

Uma missa realizada por negros ganhou espaço no jornal, na editoria de exterior. Aparentemente, nada de extraordinário se, contudo, não tivermos em conta os elementos selecionados para a composição da mesma. Mais que uma missa, esse evento foi descrito pela FSP como resultado de uma “onda de violência”, considerada pelos redatores a “maior do século”, tal como era constantemente caracterizado a maioria dos casos africanos, sem argumentos contundentes capazes de legitimar tal assertiva.

Diante das repressões do governo, remoções forçadas, a resistência negra ao apartheid reagia de múltiplas formas. Os enterros das vítimas da opressão surgiram como possibilidades para encontros e manifestações políticas. Ao estado de tensão, a tal missa ocorrera, dentro do que era compreendido como “normalidade”, ou seja, sem “manifestações”, “distúrbios”, como, supostamente, idealizada pelos jornais. Contudo, o que

⁴⁰ O BISPO Tutu teme onda de terror branco. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 já. 1986. Primeira página, p. 1.

⁴¹ MANDELA ganha liberdade hoje. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 fev. 1990, Primeiro página, p.1.

chamou atenção do observador, destacado como foco principal da notícia, foram os “cantos dos manifestantes”, o qual ele constituiu enquanto foco principal da notícia, transformando-os em elemento aterrorizante e elemento principal da notícia:

‘Os bôers são cães e morrerão como cães’, cantavam os manifestantes referindo-se aos colonos holandeses de que descende a maior parte da minoria branca que controla a África do Sul. Um forte contingente policial em carros blindados limitou-se a acompanhar a manifestação a um quilômetro de distância.

A polícia informou que não houve violência nos guetos negros e mestiços em torno da Cidade do Cabo ontem, mas disse que um jovem “coloured” (mestiço) foi morto a tiros na sexta – feira por policiais no gueto mestiço de Mitchell’s Plain, elevando para 29 o número de vítimas de três dias de conflito.

O confronto começou na quarta – feira, quando a polícia reprimiu com violência cerca de dez mil pessoas que pretendiam fazer uma marcha pacífica até a prisão de Pollsmoor, perto da Cidade do Cabo, onde se encontra preso há 23 anos o líder nacionalista negro Nelson Mandela fundador e presidente honorário do Congresso Nacional Africano (CNA), o principal grupo guerrilheiro negro a combater o regime de segregação racial (apartheid) ⁴².

Era a construção do medo quanto aos negros nos jornais. O medo e a incompreensão daquele apontado como “outro”, tendo em vista os recortes efetuados e que propagavam a população negra enquanto uma “ameaça” aos brancos.

Tais possibilidades sugerem formas de incorporação, nos meios, de parcelas da população negra, mas revestidas de renúncias, seleções, hierarquizações, por meio de interpretações que não acompanham as dinâmicas culturais, mostram a dificuldade de reconhecimento, sugerem a crença na necessidade de que a “aceitação” prevê a “readequação” destes povos a um modelo cultural eurocêntrico e a incapacidade de compreensão por meio de outras possibilidades de conhecimento.

Assim, tais meios projetavam e se constituíam enquanto importantes instrumentos das práticas racistas, seja no momento do trato mais específico do apartheid, dos lugares selecionados aos diferentes grupos de oposição a este regime, nas propostas de redefinições de projetos globais, para a política,

⁴² VINTE mil negros fazem missa por vítimas da repressão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 set. 1985. Exterior, p.16.

economia e cultura ao Brasil, sobretudo no que se referia a sua atuação na África.

Nestes projetos lançados pelos meios, as diferenças culturais se apresentavam como demasiado fixas, estanques, tanto quanto à noção de raça, a qual passava a incluir, cada vez mais, o termo “cultura” em suas roupagens argumentativas, mas que acabavam por continuar a reproduzir as diferenças nos tratamentos dispensados, hierarquização dos valores estéticos, preceitos filosóficos. Ou seja, conforme Guimarães, tais argumentos nem sempre reproduziam, explicitamente, a ideia de raça, mas mantinham tal noção embutida⁴³.

Artigo Recebido em 13.08.2013

Artigo Aprovado em 25.10.2013

⁴³ GUIMARÃES, Antônio S. A. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, p 103 – 117, fev. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>>. Acesso em 23 fev. 13.